



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

66

01

Terceira Câmara de Direito Público
Agravo de Instrumento Nº: 0305.522-7 – Araripina
Agravante: Município de Araripina
Advogado: Luiz Augusto Barros Júnior PE018993
Agravado: Francisca Auxiliadora Batista Granja
Advogado: Gleifson Lopes Pires PE023573
Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. ACORDO. ARTIGO 100 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. PRECATÓRIOS. AFRONTA. MALFERIMENTO AOS PRINCÍPIOS DA IMPESSOALIDADE E LEGALIDADE. AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. É sabido que os interesses públicos são indisponíveis; portanto não passíveis de acordos e transações. Em se tratando de execução contra a Fazenda Pública, a celebração de acordo pode redundar em preterição da precedência. É evidente que os acordos sempre causarão prejuízos aos demais credores, ainda que não onere a dotação orçamentária. Isso se infere da morosidade dos pagamentos devidos pela Fazenda Pública. Dessa forma, todos os credores que realizarem acordos com a Fazenda Pública sempre levarão a vantagem do pagamento senão imediato, ao menos mais célere do que aqueles sujeitos à sistemática dos precatórios.

2. Defende o ora agravante a suposta vantagem a ser por ele experimentada por força da liquidação antecipada dos haveres em questão, decorrente da redução do montante então devido. É fato, contudo, que eventual vantagem financeira não confere necessária legalidade ao pretendido ajuste, ao menos para assegurar-lhe a homologação judicial, porquanto tal disposição afronta o disposto no art. 100 da Constituição da República. Não bastasse, o trato conferido à quitação (pagamento mensal e sucessivo) fere, igualmente, o prescrito pelo art. 78, *caput*, dos ADCTs, que determina o pagamento em parcelas anuais (a razão, aliás, finca raízes na necessidade de previsão orçamentária).

3. Nosso ordenamento constitucional, em especial o disposto no art. 100 da CR, submete ao pagamento de precatórios toda e qualquer dívida pública, com ressalva unicamente das dívidas de natureza alimentar. A única exceção objetiva diz respeito ao pagamento de pequenas quantias, em face da expedição de requisições de pequeno valor, assim fixadas pela Lei n.º 10.259/00 (dívidas federais) e pela Lei Estadual n.º 13.120/04 (dívidas estaduais), sem esquecer, ainda, da possibilidade dos municípios instituírem legislação própria cuidando da matéria (art. 100, § 3.º, da CR).

4. Fora desse estreito limite, não há, à luz da orientação constitucional, a possibilidade de esquivar-se da ordem estabelecida pelo regime de precatório para o pagamento de dívidas decorrentes de decisões judiciais. Aliás, não bastasse a expressa vedação constitucional (é disposição literal do art. 100, *caput*, que "*à exceção dos créditos de natureza alimentícia, os pagamentos devidos pela Fazenda Federal, Estadual ou Municipal, em*



67
✓

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

01

virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, ..."), a excelsa Corte tem reiteradamente

5. Cumpre ressaltar que a observância do regime de pagamento por precatório tem matriz ético-administrativa, decorrente da observância dos primados da impessoalidade, da legalidade e da igualdade. É da essência desse regime o pagamento indistinto de dívidas públicas reconhecidas judicialmente, respeitando-se o regime cronológico de pagamento, não sendo suficiente apenas a realização de acordo em tese vantajoso ao ente público indicativo suficiente para afastar a incidência da regra constitucional.

6. À unanimidade de votos, negou-se provimento ao presente recurso.

ACÓRDÃO

01

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Agravo de Instrumento nº 0305.522-7, da comarca de Araripina, em que figuram, como Agravante, o Município de Araripina e, como agravado, Francisca Auxiliadora Batista Granja, Acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores da Terceira Câmara de Direito Público do TJPE, à unanimidade de votos, em negar provimento ao presente recurso, tudo de conformidade com os votos anexos, os quais, devidamente revistos e rubricados, passam a integrar este julgado.

Recife, 29 de Março de 2014.



Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

01

Terceira Câmara de Direito Público
Agravo de Instrumento Nº: 0305.522-7 – Araripina
Agravante: Município de Araripina
Advogado: Luiz Augusto Barros Júnior PE018993
Agravado: Francisca Auxiliadora Batista Granja
Advogado: Gleifson Lopes Pires PE023573
Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

RELATÓRIO

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto pelo Município de Araripina em face de Francisca Auxiliadora Batista Granja, impugnando decisão proferida pelo MM. Juiz da 1ª Vara da Comarca de Araripina, Dr. João Ricardo da Silva Neto, no bojo da Execução Contra a Fazenda Pública tombada sob o nº 0001663-68.2012.8.17.0210.

O Magistrado, através da decisão impugnada (fl. 49), indeferiu o pedido de homologação de acordo judicial celebrado entre as partes.

Narra que a ora agravada ajuizou Ação de Cobrança de Verbas Salariais contra ele agravante, julgada procedente, o que ensejou a propositura da correspondente execução.

Historia, ademais, que, tendo ele demandante sido citado para opor embargos à execução, firmou acordo judicial com a parte adversa, cuja homologação foi recusada pelo Juízo de Piso.

Assevera que o indeferimento do pedido de homologação de acordo judicial entre as partes ensejou patente lesão ao princípio da autonomia de vontade, bem como prejuízo aos integrantes da lide, soberanos para decidir o que melhor lhes convier, e ao próprio Judiciário, que contara com uma lide a menos para solucionar.

Aduz, ademais, que compete ao Tribunal de Contas do Estado analisar a lisura dos atos do gestor e aplicar eventuais sanções cabíveis.

Pugna, liminarmente, pela suspensão dos efeitos da decisão monocrática de 1º Grau e, no mérito, pelo provimento do presente recurso, para que o acordo judicial firmado entre ele e a parte adversa seja homologado, julgando-se extinto o feito com resolução do mérito.

A recorrida ofertou contrarrazões (fls.58/59), afirmando que está plenamente de acordo com os fundamentos do presente agravo de instrumento,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

01

sob a alegação de que o ajuste celebrado entre ele e o Município de Araripina reflete a vontade das partes e uma efetiva economia processual.

Dispensada a oitiva do Ministério Público, ante a ausência de interesse que justifique a sua intervenção.

É o que de relevante se tem a relatar. **Inclua-se em pauta.**

Recife, 19 de maio de 2014.

Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

68_r

01

Terceira Câmara de Direito Público
Agravo de Instrumento Nº: 0305.522-7 – Araripina
Agravante: Município de Araripina
Advogado: Luiz Augusto Barros Júnior PE018993
Agravado: Francisca Auxiliadora Batista Granja
Advogado: Gleifson Lopes Pires PE023573
Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

VOTO

Versa a presente lide acerca da celebração de acordo em execução contra a Fazenda Pública.

É sabido que os interesses públicos são indisponíveis; portanto não passíveis de acordos e transações. Em se tratando de execução contra a Fazenda Pública, a celebração de acordo pode redundar em preterição da precedência. É evidente que os acordos sempre causarão prejuízos aos demais credores, ainda que não onere a dotação orçamentária. Isso se infere da morosidade dos pagamentos devidos pela Fazenda Pública. Dessa forma, todos os credores que realizarem acordos com a Fazenda Pública sempre levarão a vantagem do pagamento senão imediato, ao menos mais célere do que aqueles sujeitos à sistemática dos precatórios.

Defende o ora agravante a suposta vantagem a ser por ele experimentada por força da liquidação antecipada dos haveres em questão, decorrente da redução do montante então devido. É fato, contudo, que eventual vantagem financeira não confere necessária legalidade ao pretendido ajuste, ao menos para assegurar-lhe a homologação judicial, porquanto tal disposição afronta o disposto no art. 100 da Constituição da República. Não bastasse, o trato conferido à quitação (pagamento mensal e sucessivo) fere, igualmente, o prescrito pelo art. 78, *caput*, dos ADCTs, que determina o pagamento em parcelas anuais (a razão, aliás, finca raízes na necessidade de previsão orçamentária).

Nosso ordenamento constitucional, em especial o disposto no art. 100 da CR, submete ao pagamento de precatórios toda e qualquer dívida pública, com ressalva unicamente das dívidas de natureza alimentar. A única exceção objetiva diz respeito ao pagamento de pequenas quantias, em face da expedição de requisições de pequeno valor, assim fixadas pela Lei n.º 10.259/00 (dívidas federais) e pela Lei Estadual n.º 13.120/04 (dívidas estaduais), sem esquecer, ainda, da possibilidade dos municípios instituírem legislação própria cuidando da matéria (art. 100, § 3.º, da CF).



69

01

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

Fora desse estreito limite, não há, à luz da orientação constitucional, a possibilidade de esquivar-se da ordem estabelecida pelo regime de precatório para o pagamento de dívidas decorrentes de decisões judiciais. Aliás, não bastasse a expressa vedação constitucional (é disposição literal do art. 100, *caput*, que "*à exceção dos créditos de natureza alimentícia, os pagamentos devidos pela Fazenda Federal, Estadual ou Municipal, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, ...*"), a excelsa Corte tem reiteradamente

Cumprе ressaltar que a observância do regime de pagamento por precatório tem matriz ético-administrativa, decorrente da observância dos primados da impessoalidade, da legalidade e da igualdade. É da essência desse regime o pagamento indistinto de dívidas públicas reconhecidas judicialmente, respeitando-se o regime cronológico de pagamento, não sendo suficiente apenas a realização de acordo em tese vantajoso ao ente público indicativo suficiente para afastar a incidência da regra constitucional.

Nesse sentido, leia-se os seguintes julgados:

EMBARGOS À EXECUÇÃO. HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO ENTRE A FAZENDA MUNICIPAL E TERCEIROS. ALEGAÇÃO, PELO MINISTÉRIO PÚBLICO, DE INFRINGÊNCIA AO REGIME DE PRECATÓRIOS. ACORDO QUE, A PRETEXTO DE ASSEGURAR VANTAGEM AO MUNICÍPIO (MINORAÇÃO E FRACIONAMENTO DA DÍVIDA), ATENTA CONTRA O PRINCÍPIO DA ISONOMIA. PRECEDENTES. RECURSO PROVIDO. HOMOLOGAÇÃO ANULADA. Não há óbice legal que impeça a Fazenda de realizar acordos com seus credores, conquanto de fato representem alguma vantagem ao erário. Contudo, por mais vantajoso que seja, ele não pode, em hipótese alguma, criar privilégio ao credor, de sorte a esquivá-lo do regime de pagamento por precatório. A exigência constitucional, que visa a assegurar o tratamento impessoal e igualitário entre os administrados, não pode ser afastada sob qualquer pretexto, impondo-se ao credor, não obstante assinta em acordo que lhe prive de parte do que lhe seria devido por direito, a observância da estrita ordem de pagamento por precatório (STF, Ag. Reg. Na Recl. N.º 2.143/SP). Assim, mesmo considerando que a avença tem como pano de fundo a redução do valor a ser pago em troca do parcelamento, não há como homologar-se o acordo, à míngua de observância do regime de precatório, cuja execução deverá ser retomada em seus termos anteriores, ou renovado o acordo com observância do regime constitucional de pagamento.

(TJ-SC - AC: 82285 SC 2007.008228-5, Relator: Ricardo Roesler, Data de Julgamento: 09/06/2009, Segunda Câmara de Direito Público, Data de Publicação: Apelação Cível n. , de São Carlos)

A SIGNIFICAÇÃO CONSTITUCIONAL DA NECESSIDADE DE EXPEDIÇÃO DOS PRECATÓRIOS JUDICIÁRIOS. - O regime constitucional de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

70

01

execução por quantia certa contra o Poder Público, qualquer que seja a natureza do crédito exequendo (RTJ 150/337) - ressalvadas as obrigações definidas em lei como de pequeno valor - impõe a necessária extração de precatório, cujo pagamento deve observar, em obséquio aos princípios ético-jurídicos da moralidade, da impessoalidade e da igualdade, a regra fundamental que outorga preferência apenas a quem dispuser de precedência cronológica (prior in tempore, potior in jure). A exigência constitucional pertinente à expedição de precatório - com a conseqüente obrigação imposta ao Estado de estrita observância da ordem cronológica de apresentação desse instrumento de requisição judicial de pagamento - tem por finalidade (a) assegurar a igualdade entre os credores e proclamar a inafastabilidade do dever estatal de solver os débitos judicialmente reconhecidos em decisão transitada em julgado (RTJ 108/463), (b) impedir favorecimentos pessoais indevidos e (c) frustrar tratamentos discriminatórios, evitando injustas perseguições ou preterições motivadas por razões destituídas de legitimidade jurídica.

PODER PÚBLICO - PRECATÓRIO - INOBSERVÂNCIA DA ORDEM CRONOLÓGICA DE SUA APRESENTAÇÃO. - A Constituição da República não quer apenas que a entidade estatal pague os seus débitos judiciais. Mais do que isso, a Lei Fundamental exige que o Poder Público, ao solver a sua obrigação, respeite a ordem de precedência cronológica em que se situam os credores do Estado. - A preterição da ordem de precedência cronológica - considerada a extrema gravidade desse gesto de insubmissão estatal às prescrições da Constituição - configura comportamento institucional que produz, no que concerne aos Prefeitos Municipais, (a) conseqüências de caráter processual (seqüestro da quantia necessária à satisfação do débito, ainda que esse ato extraordinário de constrição judicial incida sobre rendas públicas), (b) efeitos de natureza penal (crime de responsabilidade, punível com pena privativa de liberdade - DL 201/67, art. 1º, XII) e (c) reflexos de índole político-administrativa (possibilidade de intervenção do Estado-membro no Município, sempre que essa medida extraordinária revelar-se essencial à execução de ordem ou decisão emanada do Poder Judiciário - CF, art. 35, IV, in fine) .

PAGAMENTO ANTECIPADO DE CREDOR MAIS RECENTE - CELEBRAÇÃO, COM ELE, DE ACORDO FORMULADO EM BASES MAIS FAVORÁVEIS AO PODER PÚBLICO - ALEGAÇÃO DE VANTAGEM PARA O ERÁRIO PÚBLICO - QUEBRA DA ORDEM CONSTITUCIONAL DE PRECEDÊNCIA CRONOLÓGICA - INADMISSIBILIDADE. - O pagamento antecipado de credor mais recente, em detrimento daquele que dispõe de precedência cronológica, não se legitima em face da Constituição, pois representa comportamento estatal infringente da ordem de prioridade temporal, assegurada, de maneira objetiva e impessoal, pela Carta Política, em favor de todos os credores do Estado. O legislador constituinte, ao editar a norma inscrita no art. 100 da Carta Federal, teve por objetivo evitar a escolha de credores pelo Poder Público. Eventual vantagem concedida ao erário público, por credor mais recente, não justifica, para



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

71-
01

efeito de pagamento antecipado de seu crédito, a quebra da ordem constitucional de precedência cronológica. O pagamento antecipado que daí resulte - exatamente por caracterizar escolha ilegítima de credor - transgride o postulado constitucional que tutela a prioridade cronológica na satisfação dos débitos estatais, autorizando, em consequência - sem prejuízo de outros efeitos de natureza jurídica e de caráter político-administrativo -, a efetivação do ato de seqüestro (RTJ 159/943-945), não obstante o caráter excepcional de que se reveste essa medida de constrição patrimonial. Legitimidade do ato de que ora se reclama. Inocorrência de desrespeito à decisão plenária do Supremo Tribunal Federal proferida na ADI 1.662/SP " (Rcl-AgR 2143/SP . Tribunal Pleno. Rel. Min. Celso de Mello. Decisão de 12.03.03 - grifei).

Ante o exposto, VOTO PELO NÃO PROVIMENTO DO PRESENTE AGRAVO DE INSTRUMENTO.

Recife, 29 de Maio de 2014.

Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Relator